



VANGUARDA ARQUITETÔNICA E IMPASSE POLÍTICO: dois quartéis militares modernos (1965-1971)

História e Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo Modernos no Brasil

Victor Próspero

Arquiteto e Urbanista, doutorando pela FAUUSP

victor.prospero@usp.br

Resumo

O artigo aborda dois casos oportunos para a reflexão sobre a relação entre atuação projetual e discurso político em um recorte histórico marcado pelo impasse político: a ditadura civil-militar instaurada em 1964 no país. Os projetos em foco são dois quartéis militares projetados por arquitetos filiados ao Partido Comunista do Brasil à época: o Quartel do II Exército em São Paulo, por Paulo de Melo Bastos em 1965, e o Quartel da Guarda Territorial em Macapá, por João B. Vilanova Artigas, em 1971. É possível notar em ambos os projetos a permanência de procedimentos de projeto que ficaram associados historicamente às esperanças de transformação social do nacional-desenvolvimentismo na passagem dos anos 1950 para 1960, de modo que os casos configuram importante nó para a análise de um momento ambíguo da história do campo profissional e da produção arquitetônica, quando o mesmo estado que perseguiu e reprimiu, também contratou e incorporou a estética da modernidade que lhe precedia. Interessa, portanto, aliar os olhares para a história interna da arquitetura, de seus procedimentos técnicos e de formalização, por um lado, e, por outro, para a circulação de ideias e a posição desses edifícios no contexto histórico político e cultural.

Palavras chave: Arquitetura Moderna Brasileira, História de São Paulo, Ditadura Militar

Abstract

The article deals with two opportune cases for the reflection on the relation between design and political discourse in a historical focus marked by political impasse: the civil-military dictatorship established in 1964 in Brazil. The selected projects are two military buildings designed by architects affiliated to the Communist Party of Brazil at the time: the Barracks of the Second Army in São Paulo by Paulo de Melo Bastos in 1965 and the Barracks of the Territorial Guard in Macapá by João B. Vilanova Artigas in 1971. It is possible to note in both projects the permanence of design procedures that were historically associated to the hopes of social transformation allied to the national-development ideology in the transition from the 1950s to the 1960s, so that the cases constitute important node for the analysis of an ambiguous moment in the history of the professional field and of architectural production, when the same regime that persecuted and repressed also contracted and incorporated the aesthetics of modernity that preceded it. It is therefore appropriate to combine the looks to the internal history of architecture, its technical and formal procedures, on the one hand, and, on the other, to the circulation of ideas and the position of these buildings in the historical political and cultural context.

Key-words: *Brazilian Modern Architecture, São Paulo History, Military Dictatorship*



VANGUARDA ARQUITETÔNICA E IMPASSE POLÍTICO: dois quartéis militares modernos (1965-1971)¹

“Aos poucos, um prédio velho da rua Conselheiro Crispiniano irá morrendo, até que, dentro de um mês, a bandeira do comando do II Exército seja hasteada pela última vez no velho Quartel-General. Só se sabe que em seu lugar será construído um arranha-céu. O casarão viu conspirações, ficou em vigília durante o comício de 13 de Março, passou noites em claro com os coronéis decidindo que Goulart não podia continuar. Abrigou em suas salas escuras os militares que criaram a “linha dura”. O velho casarão viveu 50 anos de história do Brasil e por isso, missão cumprida, entrega hoje a bandeira do comando a um prédio novo, moderno, no Ibirapuera, o novo QG do II Exército. Não parece nem de longe com um quartel, embora seja estrategicamente perfeito.” (O Estado de São Paulo, 07 de maio de 1968)

Assim o jornal Estado de São Paulo, em maio 1968, anunciava a inauguração do Quartel General do II Exército na região do Parque do Ibirapuera, ao lado da Assembléia Legislativa também recém inaugurada. A passagem de um “velho casarão”² para um edifício moderno em área militar controlada, plana, longe de pontos mais altos que pudessem representar perigo a seus aquartelados, era simbólica neste momento de afirmação do regime que, no mesmo ano, aprovaria o Ato Institucional número 5 assumindo-se de forma ainda mais bem acabada como uma ditadura³. Em 26 de junho de 1968, o QG recém inaugurado seria alvo de um ataque – posteriormente assumido pelo grupo de luta armada VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) – que atiraria uma caminhonete carregada de cinquenta quilos de explosivos, causando a morte de um soldado de dezoito anos⁴. No ano seguinte, 1969, a zona militar do parque do Ibirapuera assistia à criação da Operação Bandeirante: um corpo centralizado de polícia política dentro do exército, reconhecido inclusive à época como um desvio de doutrina militar. O funcionamento da *Oban* no QG do II Exército gerava inconvenientes, como a convivência diária de recrutas com a tortura, de modo que era imprescindível a transferência

¹ O presente artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla focada na produção de arquitetura em São Paulo durante a ditadura militar, e especialmente a relação entre engajamento político e procedimentos de projeto neste momento de impasse. Os quartéis são alguns dos casos analisados mais detidamente e partir de pesquisa documental em diversos acervos. Neste texto, os casos estão trabalhados a partir da pesquisa em acervos de jornais, nos acervos do escritório do Arquiteto Paulo Bastos e de Vilanova Artigas no Acervo de Projetos da Biblioteca da FAUUSP, para os desenhos originais e fotos de época de ambos os projetos, no primeiro caso, o acervo do arquiteto possui ainda uma relação maior de fontes primárias sobre contratação e concurso para além dos desenhos, no segundo são de grande interesse os desenhos originais de cálculo estrutural disponíveis.

² Que viria, na verdade, a tornar-se praça: “Uma praça surgirá no lugar do velho quartel” *Estado de São Paulo*. 13/07/1977 p.36

³ Para uma leitura que nega a ideia de “ditabranda” nos primeiros quatro anos de regime, ver: NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. Ed. Contexto. São Paulo, 2018. E também: SILVA, Marcos (org.) *Brasil 1964-1968: A ditadura já era ditadura*. São Paulo. LCTE, 2006.

⁴ Acervo Folha de São Paulo, edição de 26 de Junho de 1968. O ataque seria tratado pela imprensa como 11º de uma série de explosões que vinham acontecendo e chamando atenção, e seria justificado como resposta à provocação do General Manuel Lisboa, que reagindo ao roubo de armas pela VPR desafiou: “que usem essas armas contra nós. Mas previno que usem bem, usem pelas costas”. Posteriormente as integrantes da VPR Renata Guerra e Dulce Maia afirmaram – em depoimento ao livro “Mulheres que foram à luta armada” de Luiz Maklouf – que o ataque fora um erro estratégico, não servindo para nada e ainda culminando na morte do soldado. Segundo elas, justamente para evitar mortes, o ataque havia sido feito de madrugada com o quartel vazio.



de seu funcionamento para uma localização ainda próxima porém segura e discreta⁵. As demandas da operação implicavam custos com os quais Brasília afirmava não poder arcar – embora não se opusesse a seu funcionamento – de modo que uma rede de apoio a socorreria por meio de auxílios pontuais ou de uma “caixinha” colaborativa: o prefeito Paulo Maluf forneceu infra estrutura extra para o entorno do quartel, com asfalto novo e reforma na rede elétrica, Delfim Neto articulou reuniões com representantes dos grandes bancos brasileiros, que contribuíram financeiramente com “verbas de equipamentos para enfrentar a subversão”. “Dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles” declarou Gastão Vidigal, dono do Mercantil São Paulo, em depoimento anos mais tarde⁶. Somavam-se em peso grupos de emissoras de TV, jornais, FIESP, entre outros representantes do poder econômico.

O arquitetura moderna esteve no centro dos acontecimentos políticos do regime civil-militar, de Brasília ao Ibirapuera, dos palácios aos porões. Já não era novidade a associação da estética modernista ao poder e ao Estado de aspirações modernizadoras no Brasil. Desde o Estado Novo essa relação se consagrou, dando o tom da finalidade positiva da vanguarda arquitetônica nacional: construir uma identidade nacional, afirmar uma “tradição” a partir do moderno e impulsionar o desenvolvimento. De Vargas a JK, a relação entre arquitetos e governantes foi fundamental para a consolidação da imagem do arquiteto como artista construtor de símbolos do Estado, sendo a experimentação técnica e formal empenhada por este em forma de mecenato e seus profissionais de ponta legitimados pelas regras liberais da arte.⁷ Essa relação fundamental não seria, evidentemente, um traço inabalável ou inerente na relação entre encomenda pública e o campo profissional da arquitetura no país. Em São Paulo, na passagem da década de 1950 para 1960, assistindo à construção da capital federal, a aproximação entre IAB e o governo estadual implicaria na contratação de mais de cem escritórios de arquitetura para atender a demandas de projetos por todo o estado, com a construção de escolas públicas, campi universitários, fóruns, equipamentos de saúde e infraestrutura.⁸ Esse contexto produtivo foi fundamental para a consolidação e afirmação da profissão, culminando na mobilização da categoria para propor formalmente uma agenda política concreta por meio do Seminário de Habitação e Reforma Urbana em 1963, associada, é claro, às Reformas de Base em voga no governo federal da época.⁹ Para além da experimentação técnica na prancheta, os arquitetos apontaram para eixos de intervenção na legislação, formas de financiamento e desenho institucional de modo a tornar perene o enfrentamento dos problemas habitacional e urbano. Parte das soluções desenhadas nesse debate seria inclusive incorporada pelo regime civil-militar estabelecido a partir de 1964, com

⁵ Espaço na delegacia na esquina da Rua Tutóia com a rua Tomás Carvalhal, cedida pelo governador Roberto de Abreu Sodré. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. Cia. Das Letras. São Paulo, 2002; Ali ficaria o DOI CODI, recentemente tombado pela memória do terror, como centro de tortura e extermínio, e como marco da ditadura.

⁶ Declaração feita por Gastão Vidigal ao jornalista Silvio Ferraz em 1981, usada por Elio Gaspari. In. GASPARI, Elio. Op. Cit.

⁷ GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília: Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

⁸ Sobre o Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo ver: ALVES, André A.A. *Arquitetura escolar em São Paulo (1959-1962): o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas*. Tese de Doutorado FAUUSP. São Paulo, 2008; CONTIER, Felipe de Araujo. *O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária: projeto e construção da escola de Vila Nova Artigas*. São Carlos. 2015.

⁹ KOURY, Ana Paula. A política urbana e a questão social: Quitandinha, o que restou? *Arquitextos*, São Paulo. Ano14. N.159.03. Vitruvius. Agosto, 2013.



a criação do BNH e do SERFHAU, apesar de sua aplicação parcial e ineficiente em muitos aspectos¹⁰.

A primeira metade da década de 1960, dado este contexto de afirmação profissional, foi marcada por uma profusão de concursos de projeto para variados tipos de encomenda¹¹. Entre concorrências para projetos de clubes privados, edifícios esportivos e institucionais, em 1965¹² abriu-se o concurso de projetos para o Quartel General do II Exército, na região do Ibirapuera, ao lado da Assembléia Legislativa, resultado de outro concurso feito em 1961¹³. O concurso seria fruto de parceria entre o Ministério da Guerra e o IAB São Paulo. Vale notar a importância, neste momento, de um IAB dirigido por chapa de entusiastas do regime: presidida por Alberto Botti, a chapa venceria uma das poucas eleições tensas para a seção paulista do instituto, marcada pela disputa entre direita e esquerda, sendo a chapa perdedora encabeçada por Carlos Milan, arquiteto ligado à esquerda católica e ao movimento Ação Popular.¹⁴ Marcado sempre pela centralidade da agenda da afirmação profissional e defesa da categoria, parece ser importante nesse momento o alinhamento do IAB ao regime, pois além de manter o papel de intermediário de encomendas públicas no caso de concursos como o do Quartel, o instituto faria importante mediação na defesa de arquitetos presos ou que tiveram seus registros profissionais cassados.¹⁵

Com júri composto pelos militares Cel. Augusto Osório, Major Hans Altenburg, Cel. José Barreto, Major Maurício Moreira e pelos arquitetos Ary de Queiroz, Salvador Candia, Israel Sancoviski e Jon Maitrejean – este último afastado da FAUUSP em 1968 por ser considerado subversivo, mesmo sem fazer parte de qualquer organização política – a equipe vencedora foi formada por Paulo de Melo Bastos, Léo Bonfim Jr. e Oscar Arine, dentre as 28 propostas enviadas. Chamou atenção, logo de início, o fato de Bastos, que assinava o projeto, ser filiado ao Partido Comunista do Brasil, o que constou inclusive em recurso de um dos concorrentes.

“A gente ganhou o concurso e soubemos depois que um dos concorrentes foi ao Amaury Kruehl, o comandante do então II Exército, e disse que não podiam dar o projeto para uma equipe de comunistas. Aí o Kruehl perguntou: eles são arquitetos? São. Eles ganharam o concurso de arquitetura? Ganharam. Então eles vão fazer o projeto.”¹⁶

Kruehl, comandante do II Exército e, antes disso, Ministro da Guerra de João Goulart, aderiu ao golpe de 1964 enviando tropas paulistas para a Guanabara após – ao que indicam variadas

¹⁰ Sob o ponto de vista social, especialmente, as propostas da Reforma Urbana seriam retomadas como agenda a partir da redemocratização nos anos 1980. Ver BONDUKI, Nabil. KOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH. As Propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *Arquitextos*. São Paulo. Ano 10. N.120.02. Vitruvius. Maio 2010.

¹¹ DEDECCA, Paula. *Sociabilidade, crítica e posição. O meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2012.

¹² O edital do concurso foi publicado em dezembro de 1964, e as entregas feitas no início do ano seguinte. Edital publicado pelo Ministério da Guerra em Parceria com o IAB, consultado no acervo do arquiteto Paulo Bastos.

¹³ DEDECCA, Paula. Op. Cit.

¹⁴ Depoimento de Jon Maitrejean para Rodrigo Kamimura em: KAMIMURA, Rodrigo. O problema social da arquitetura e o processo de modernização em São Paulo: diálogos. 1945-1965. Tese de Doutorado. 2016. São Carlos; Momento também trabalhado com foco na trajetória de Carlos Milan em: MATERA, Sergio. Carlos Milan: um estudo sobre a produção em arquitetura. FAUUSP. 2005.

¹⁵ Depoimento de Botti em evento no IAB-SP em 2018; ou também em depoimento de Alberto Botti a Rodrigo Kamimura em KAMIMURA, Rodrigo. Op. Cit.

¹⁶ Depoimento de Paulo Bastos ao pesquisador Pedro Henrique de Carvalho Rodrigues. RODRIGUES, Pedro Henrique C. *A obra do arquiteto Paulo Bastos*. Dissertação de Mestrado. FAUUSP. São Paulo, 2008.



interpretações – oscilar e negociar com seus colegas e forças golpistas¹⁷. Segundo depoimentos¹⁸, o comandante era amigo e companheiro do presidente deposto. Esse tipo de fato parece importante para uma ressalva diante das aparentes contradições na contratação de arquitetos comunistas pelo regime militar – instaurado, entre outras coisas, com o intuito de eliminá-los – e traz à tona a necessidade de pensar as forças armadas como corpo heterogêneo e complexo em si mesmo. Se já nos primeiros meses de 1964, quando mais de 5 mil pessoas haviam sido presas, também nas forças armadas 421 foram passados para a reserva compulsoriamente, outros 200 tirados da ativa por outras vias, e 24 dos 91 generais expurgados¹⁹. Sobretudo no início do regime, existia ainda a preocupação com uma presença capilar da base militar do PCB no exército²⁰. Com isso em vista, impõe-se como cuidado imprescindível não simplificar a relação que se estabelecia entre forças armadas e sociedade civil naquilo que toca à perseguição política, quando, não só de anti-comunistas era feito o exército, como também o golpe e o regime instalado tinham caráter não só militar mas amplamente amparado por atores civis.²¹

Salta aos olhos, no entanto, o tipo de nuances a que estavam sujeitas essas relações entre o poder estabelecido e os que prestaram serviços para ele. Paulo Bastos seria em 1970, pouco tempo após a inauguração do Quartel, sequestrado por grupos paramilitares de caça a comunistas. Seu contato e boa relação com o II Exército – que vinha se fortalecendo com a convocação para uma sequência de outros projetos para as forças armadas – seria fundamental para que a família conseguisse localizá-lo e obter ajuda para o resgate.²² Além disso, em 1975 enquanto atuava intensamente com projetos para o Estado, como quartéis de Bombeiros em São Bernardo e Santo André, ou agências bancárias para a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Bastos figurou na lista de 19 acusados do PCB junto ao deputado e membro do comitê central Marco Antônio Coelho²³, na ocasião da chamada *Operação Radar* – ofensiva sobre o partido já no governo Geisel que visava anular os comunistas no contexto inevitável de crescimento da oposição no congresso e de início da construção do processo de abertura – que encontrou uma gráfica clandestina do partido funcionando no subterrâneo de um sítio, sob o alçapão no fundo de uma caixa d'água, onde era produzido o jornal *Voz*

¹⁷ “Amaury Krueel, que até aquele momento vacilava em aderir a uma ação conjunta contra o I Exército, sediado no Rio. Julgava-se até aquele momento que, além do I Exército, o III Exército (extremo sul do País) se posicionaria ao lado da defesa da ordem constitucional. Relata a “crônica do golpe de 1964” que, antes de tomar a sua “grave decisão”, o gal. Krueel telefonou para o presidente da República instando-o para “abrir mão de suas bases políticas”. Em outras palavras, Krueel exigia que Goulart proibisse o CGT, o PUA, a UNE e todas as demais “entidades subversivas”. Em troca, prometia o militar, teria ele garantido o seu mandato presidencial. Diante da recusa de Jango, o gal. Krueel teria ‘lavado as mãos’ e ordenado que as tropas de São Paulo se movessem para o Rio de Janeiro a fim de se unir às do gal. Mourão.” TOLEDO, Caio Navarro. “O golpe vitorioso: nem resistência nem guerra civil” In. *O governo Goulart e o Golpe de 1964*. Coleção Tudo é História. Paz e Terra. Brasiliense. São Paulo, 1985. p.50. Ver também depoimentos e registros da noite anterior ao golpe citados em “O exército dormiu janguista” em GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Cia. Das Letras. São Paulo, 2002.

¹⁸ In. GASPARI. *A ditadura envergonhada*. Cia. Das Letras. São Paulo, 2002. p. 52

¹⁹ Idem. p.130 ; Para um panorama de disputas internas ao exército e das arbitrariedades cometidas pelo regime logo no início de sua instalação, ver também: SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1965.

²⁰ Idem.

²¹ Sobre o conceito de “ditadura civil-militar” ver debate apontado nas notas de rodapé 220 e 223, do capítulo “Nunca fomos tão felizes: O milagre econômico e seus limites” em NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. ; Aqui o autor opta pela noção de uma “ditadura militar” e justifica sua escolha.

²² RODRIGUES, Pedro Henrique de C. Op. Cit.

²³ Folha de São Paulo, 07 de Maio de 1975.



Operária.²⁴ Formado em 1960, Bastos chegou a abrigar em casa seu professor Vilanova Artigas, importante nome no PCB, em momentos de clandestinidade no início do regime.

A arquitetura ganha, neste caso, uma camada histórica para além da representação do nacional-desenvolvimentismo, compartilhado com grande parte da produção moderna brasileira. No Quartel General do II Exército, tais contradições e nuances – entre a defesa do resultado do concurso por Kruehl em 1965 e o nascimento da *Oban* em 1969 logo após sua inauguração, como momentos diferentes de defesa da constitucionalidade pelo próprio regime – são constitutivas do edifício e de sua presença na cidade.

Na ocasião do concurso a ata do júri, publicada na revista *Acrópole* em 1965²⁵, ressalta a clareza de raciocínios espaciais e volumétricos no projeto, exaltando o modo como se “coloca o bloco no terreno, com elegante passarela e muro-monumento, a consequente definição dos espaços externos e a valorização de visuais desde o Monumento das Bandeiras”. Eram premissas básicas a serem atendidas: “adequação à paisagem, estrutura adequada à flexibilidade interna, monumentalidade e expressão plástica ‘específicas de uma edificação de comando militar’, participação do público nas solenidades militares, introversão do funcionamento a salvo de interferências e visão externas, meios de defesa pelas próprias características do conjunto”²⁶. O projeto vencedor respondeu às premissas reafirmando tais aspectos: por meio de taludes e pequenos arrimos possibilitou a primeira separação e controle entre interior e exterior dispensando a necessidade de muros, fazendo a defesa pelas características intrínsecas ao edifício, ao mesmo tempo garantindo seu caráter duplo de monumento discreto na composição da paisagem com os edifícios existentes do Ginásio e da Assembléia, destacando-se sobretudo por sua horizontalidade e abrindo perspectivas para os outros pontos. A separação dos taludes é vencida pela passarela de acesso principal, constituindo eixo central definido por uma marquise a partir da praça pública de solenidades e um monumento em forma orgânica, curva, definido por uma só parede em concreto. (Figura 1)

Embora Paulo Bastos fosse aluno próximo de Artigas e imerso no contexto consagrado como “escola paulista”, é possível notar maior conexão do projeto do Quartel do II Exército com a arquitetura de Oscar Niemeyer, combinando aspectos de diferentes fases e projetos do arquiteto carioca. No muro-monumento junto à praça de solenidades, nota-se, sobretudo nas perspectivas e elevações do projeto, presença do tipo de solução dada por Niemeyer à Capela do Palácio da Alvorada: resultante da incorporação da experiência de Le Corbusier na Capela de Ronchamp, algo que fica evidente nas plantas dos projetos e no uso da parede curva como elemento definidor da edificação, embora a mesma operação busque resultados muito diversos em cada caso, resultando em um objeto claro em Niemeyer enquanto em Corbusier define um objeto a ser descoberto aos poucos²⁷.

²⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura Encurralada*. Cia das Letras. São Paulo, 2005. É importante aqui o cuidado com as descrições de Gaspari – como neste caso, para a descrição de valores repassados de Moscou ao PCB e utilizados para financiar campanhas do MDB – muitas vezes feitas a partir de fontes não muito bem explicitadas, depoimentos colhidos pelo autor, ou acervos pessoais não acessíveis. De todo modo, a gráfica do PCB possui registros fotográficos e é episódio conhecido.

²⁵ Revista *Acrópole* número 321, 1965.

²⁶ Idem.

²⁷ Yves Bruand na década de 1970 já analisava esta relação. BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil. Perspectiva*. São Paulo, 1981.



Figura 1: Fotografia do Quartel do II Exército recém inaugurado
Fonte: Acervo Paulo Bastos

No projeto de Bastos, não se trata de uma parede curva que encerra um ambiente fechado, mas um muro-monumento aberto que define o plano mais alto do conjunto, marca a entrada para o quartel e o início da marquise que abriga o eixo de acesso. No edifício, a fachada em inclinação de fora para dentro se aproxima formalmente do uso de brises feitos tanto por Niemeyer como por Reidy. Já no Quartel de Bastos, a seção transversal mostra como se trata estruturalmente de um caso diferente, pois explora sobretudo os balanços das lajes, com estrutura recuada, para abrir espaço para os taludes no nível inferior gerando a defasagem de níveis fundamental para a solução que diferenciava o projeto dos outros concorrentes. Nos balanços, o nível superior é encerrado por painéis de concreto moldado in loco alternados que fazem sombreamento e proteção das áreas internas, com uma faixa ajardinada como intermédio. Fica, assim como indicado nas diretrizes do júri, protegida a área interna e tira-se proveito disso conferindo unidade a todo o edifício com sua fachada definida por jardins e elementos inclinados em concreto fazendo a função de brise e definindo o plano externo da fachada.

Além da descrição do projeto pelos arquitetos, publicada no jornal Folha de São Paulo²⁸ e na revista acrópole, ou da ata do júri publicada na mesma revista, a descrição do ataque da VPR ao Quartel, em 1968, é ilustrativa das soluções projetuais que responderam à demanda estratégica do programa. Uma caminhonete acompanhada de um carro vermelho entra no eixo de acesso – o segundo carro aguarda do lado de fora, um soldado tenta atirar contra o

²⁸ Folha de São Paulo, 01 de Abril de 1965.



veículo que avança mas sua arma não funciona – acelera no sentido do edifício enquanto seu motorista pula para fora.²⁹ (Figura 2)



Figura 2: Imagem de escombros do ataque ao Quartel do II Exército
Fonte: acervo Folha de São Paulo

O veículo vence o vão-trincheira que protege a construção principal e choca-se com a parede do nível inferior do quartel explodindo. Todo esse trajeto se dá no plano devassado do entorno, estrategicamente definido, isolando o edifício e garantindo sua segurança de modo a tornar visível toda e qualquer aproximação. Aqui, a arquitetura é intrinsecamente ligada à demanda estratégica e também expõe didaticamente o acontecimento do conflito armado. Um projeto de guerra, construído sob os conflitos e ocupado com eles.³⁰ Depois disso, ocupado pelas solenidades com a praça e seu caráter monumental: desde o velório de Mário Kozel Filho, atingido pelos explosivos naquela ocasião e que viria a dar o nome da rua do quartel, até solenidades em memória deste soldado na volta dos militares ao poder cinquenta anos depois, com as eleições de 2018.³¹

Seis anos depois, em 1971, seria projetado outro Quartel General digno de análise para a história da produção arquitetônica e do campo profissional paulista. Não em São Paulo, mas em Macapá, o novo Quartel da Guarda Territorial seria projetado por Vilanova Artigas. Não

²⁹ Folha de São Paulo, 26 de Junho de 1968.

³⁰ Temos como referência de trabalho historiográfico sobre arquitetura moderna na guerra: COHEN, Jean Louis. *Architecture in Uniform. Design and building for the Second World War*. CCA.

³¹ Vale notar que o ataque da VPR ao Quartel foi também resgatado nas narrativas de grupos conservadores e revisionistas, fazendo circular notícias falsas que atribuíram à ex-presidente Dilma Rousseff a autoria do ataque. Com isto em vista, é importante mencionar que Rousseff não fez parte da VPR, mas sim do grupo COLINA em Minas Gerais, atuando em uma área ligada à agitação de manifestações públicas e não nas ações armadas do grupo. Para informações e leituras sobre os grupos de resistência armada à ditadura civil-militar ver: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. Editora Unesp. São Paulo, 2010; *Brasil Nunca Mais*. Arquidiocese de São Paulo, 1985.



tanto por seu papel histórico, como o Quartel do Ibirapuera que esteve no centro de conflitos, o Quartel do Amapá ganha destaque como elemento de uma trajetória projetual. Artigas, membro ativo e importante do PCB é personagem central para a análise das complexas relações estabelecidas entre arquitetos e o regime civil-militar.

Em seu artigo “Uma Falsa Crise”, de 1965, domina a visão de que o desenvolvimento das forças produtivas deveria ser garantido sob “quaisquer condições”, em detrimento inclusive de uma crítica mais frontal ao regime naqueles anos iniciais da ditadura. Em sua aula “O desenho”, de 1967, primeira manifestação pública do arquiteto ao retornar de um período afastado compulsoriamente da universidade, Artigas não menciona a situação política do momento, seja em atendimento a uma diretriz do PCB seja em razão da possível presença de informantes do regime na sala³². Mais tarde, em depoimento o acerca da Casa Elza Berquó, também de 1967, o arquiteto manifesta sua desilusão com as expectativas desenvolvimentistas³³, o que não o impediria, nos anos seguintes, de aceitar o convite da CECAP para projetar o conjunto habitacional Zezinho Magalhães Prado, assim como um número significativo de encomendas públicas ao longo dos anos 1970, dentre os quais estariam seus projetos para Macapá e o Quartel da Guarda Territorial.³⁴

O PCB, enquanto alvo central da perseguição política, não poderia exatamente ser visto como uma organização radical, sobretudo nos anos 1960. O partido se guiava por uma visão etapista da história, operando politicamente a partir da aposta em alianças com a burguesia nacional com o intuito de derrubar, primeiramente, o que havia de mais arcaico na estrutura social e econômica do país – a saber, a oligarquia latifundiária – defendendo portanto a necessidade de uma revolução burguesa, para então avançar futuramente rumo à revolução social.³⁵ Essa característica é fundamental para pensar a centralidade do discurso nacional-desenvolvimentista na esquerda da época e também na formação e legitimação da produção dos arquitetos engajados politicamente. Há que se considerar de forma cuidadosa, entretanto, o próprio fato de não haver uma crítica frontal ao regime no discurso do arquiteto nesses momentos, especialmente sabendo dos percalços pelos quais passava estando na mira da perseguição política por seu papel central no partido e na universidade. Artigas talvez seja dos casos mais expressivos de quando o regime procurava silenciar, reprimir ou eliminar aqueles que tinham um papel importante na circulação de discursos políticos considerados subversivos mas, por outro lado, eram incorporados por seu saber técnico na medida em que não oferecessem perigo já afastados da circulação de periódicos, das aulas e das organizações políticas.

Coincidindo com o incremento da repressão e fechamento do regime, o momento da passagem para os anos 1970 foi marcado também por forte propaganda ufanista com a ideia de “Brasil Grande” e de que vivia-se então um “milagre econômico”. De fato, entre 1969 a

³² THOMAZ, Dalva Elias. Um olhar sobre Vilanova Artigas e sua contribuição à arquitetura brasileira. Dissertação de Mestrado. FAUUSP. 1997.

³³ ARTIGAS, João Batista Vilanova. Caminhos da arquitetura. Org. José T. C. Lira, Rosa Artigas. São Paulo: CosacNaify, 2004.

³⁴ Muitos trabalhos já exploraram esse tema em Artigas. Além de Dalva Thomaz, Pedro Arantes, Miguel Buzzar, Gabriel Cunha, Felipe Contier, entre outros. Cunha, no entanto, é quem dedicou sua pesquisa propriamente ao período pós 1967 do arquiteto. CUNHA, Gabriel Rodrigues. Uma análise da produção de Vilanova Artigas entre os anos de 1967 e 1976. IAU USP. São Carlos. 2009.

³⁵ Sobre a história do PCB ver: BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920-1964*. Editora Hucitec. 1997; SEGATTO, José Antonio. *Uma breve história do PCB ; PCB: Vinte anos de política. Documentos. 1958-1979*. Coleção “A questão social no Brasil”. n.8 e n.7 Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1981; CARONE, Edgar. *O PCB (1964-1982)*. Vol.3. DIFEL. São Paulo, 1982.



1973 a economia cresceu a uma taxa média de 11% ao ano, chegando a 14% em 1973. No entanto, modelo de desenvolvimento adotado, sem democracia, com grande endividamento e uma política de arrocho salarial, cobraria um alto custo social. O salário mínimo teve uma perda real de 25% entre 1964 e 1966 e de 15% entre 1967 e 1973, e a mortalidade infantil caiu em ritmo muito inferior ao que se esperava dados os índices de crescimento econômico.³⁶ O crescimento da desigualdade se deu de modo diretamente ligado ao processo de urbanização massivo e descontrolado pelo qual as capitais do país passavam.³⁷ Os altos investimentos estatais acompanhavam, de certa forma, este crescimento urbano sem, no entanto, atuar no planejamento e na questão social onde ela era mais aguda. Grande parte desses investimentos se reverteram em melhorias na qualidade de vida das classes médias urbanas, sustentando inclusive a base ideológica do “ame-o ou deixe-o”. Para além do BNH e seu sistema de créditos à produção e consumo de habitação excludente para camadas de renda mais baixa³⁸, o “milagre” se faria ver sobretudo por meio de grandes obras de engenharia pesada de infra estruturas: hidrelétricas, metrô, rodoviárias, estações de energia, centrais de abastecimento, aeroportos, fábricas, entre outros. É nesta paisagem em obras, inclusive, que nascem e se consolidam as maiores empreiteiras nacionais, atuando dentro e fora do país, em relação íntima com os governos civis-militares³⁹. Surge também a figura das empresas gerenciadoras de projetos⁴⁰, como a Promon e a Hidroservice, que contratariam arquitetos antes legitimados na esfera da profissão liberal e engajada como Rodrigo Lefèvre e Marcelo Fragelli, para liderar equipes interdisciplinares formadas por dezenas de profissionais.

Esse quadro ilustra bem, portanto, um momento marcado pela ampliação da encomenda de projetos ao campo profissional da arquitetura. Não seria diferente para o escritório de Artigas. O início da década de 1970 registra o aumento exponencial na encomenda de projetos ao arquiteto, sobretudo em obras públicas. De uma média de 60 projetos mantida entre as décadas de 1950 e 1960, a encomenda praticamente duplicou em 1970, passando os 120 projetos, sendo que nesse número a quantidade de residências unifamiliares chega a ser menor que a das décadas anteriores.⁴¹ Isso sem que Artigas tivesse entrado, por exemplo, no ciclo de projetos de agências bancárias, encomenda que alcançaria grande parte dos arquitetos naquele momento estendendo-se até a década de 1980 com projetos em cidades de diversos portes por todo o estado de São Paulo. O arquiteto inclusive lamentou publicamente que muitos de seus alunos tivessem se rendido a tal tipo de projeto.⁴²

É neste contexto mais amplo, então, que o Território Federal do Amapá, criado em 1943, teve nomeado por Costa e Silva como governador o general Ivanhoé Gonçalves Martins (1967-1972), considerado parte da “linha dura” das forças armadas, e provavelmente responsável pelo contrato de Artigas para fazer os projetos não só do Quartel da Guarda Territorial mas

³⁶ NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. ; Sobre as contradições do “milagre econômico” ver a análise feita à época em SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Paz e Terra. São Paulo, 1973; e também OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo. Boitempo, 2013.

³⁷ São Paulo, 1975: *Crescimento e Pobreza*. São Paulo. Loyola, 1975. ; KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.

³⁸ MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. São Paulo. Vozes, 1987; BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. Estação Liberdade. São Paulo, 2011.

³⁹ CAMPOS, Pedro Henrique P. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)*. Eduff. Niterói, 2014.

⁴⁰ PULHEZ, Magaly. *O arranjo gerencial: estado, empresas de engenharia e arquitetos no cotidiano de gestão da política habitacional em São Paulo*. Tese de Doutorado. IAUUSP. São Carlos, 2014.

⁴¹ CUNHA, Gabriel. Op. Cit.

⁴² SABBAG, Haifa Y. *Arquitetura bancária*. In. *Módulo*. Rio de Janeiro, n.79, Março, 1984. pp.40-63.



também da Secretaria de Segurança do Estado e de duas escolas.⁴³ O território do Amapá vinha se aproximando de arquitetos paulistas desde a década de 1950, quando Oswaldo Bratke foi convidado para o projeto da Vila Serra do Navio.

O projeto para o Quartel da Guarda chega a ser citado por Artigas em sua aula de titulação na FAUUSP, em 1984:

“Este é o Quartel da Guarda, e vale a pena que eu lhes diga que foi feito em Macapá, para proteger a fronteira do Brasil. É uma estrutura muito bonita, articulada em cima, de tal forma que se a levantássemos podia-se tirá-la todinha e todo o contraventamento é feito na altura deste andar que está aqui. (...) Reparei que entre a sombra e o sol há uma diferença de temperatura muito grande e que eu podia fazer uma arquitetura que se casasse mais ou menos com as peculiaridades do meio ambiente. Devo dizer que deu um resultado, se não perfeito, muito agradável para mim. Um soldado de lá, segundo soube, acabou se comovendo com isso e pintando um painel por conta dele, no meio do edifício, que não conheço.”

É possível notar certa naturalidade de Artigas ao tratar do fato de ter projetado um quartel naquele momento histórico e de sua vida pessoal, o que parece dizer algo a respeito de como se compreendia o papel das forças armadas na defesa das fronteiras, do território e mesmo do desenvolvimento do país, para aquela geração que tinha no nacional-desenvolvimentismo ainda uma referência muito forte. A visão do exército como síntese das forças reacionárias – salvo algumas exceções – talvez tenha se constituído sobretudo pós-redemocratização, como reação e construção de uma narrativa que dava unidade à ideia de democracia em oposição àquilo que havia ocorrido no país em momento imediatamente anterior.⁴⁴

Para além disso, a apresentação que o arquiteto faz do projeto mostra linhas mestras de seu raciocínio de modo claro: todo o edifício definido por uma operação estrutural simples. O projeto se constitui por uma espécie de pórtico, delimitado por pilares de seção triangular com base articulada que fazem a captação das águas pluviais e estruturam não só vigas superiores da cobertura, mas também a laje intermediária por meio de consoles dos pilares que buscam a laje e funcionam como contraventamento por seu ângulo já dado na forma triangular da estrutura. O partido estrutural que resolve o conjunto pode ser comparado àquele desenhado para o Anhembi Tênis Clube, em 1961, onde os pilares modulam toda a extensão do edifício como um exoesqueleto solto do edifício, e dentro disso são dispostos os volumes fechados ou abertos. No centro do edifício um vão livre marca a entrada e o caráter monumental de edificação pública. Um volume triangular, como os pilares, faz a escada externa que leva ao pavimento superior.

Este projeto pode ser pensado dentro de um quadro mais amplo da prática de Artigas, a partir de uma questão que se colocava já desde a segunda metade dos anos 1950: se antes a arquitetura brasileira buscou representar por meio de sua monumentalidade a construção de uma identidade nacional, e se isso estava também presente no caráter popular que Artigas buscou no início de sua obra com tendência mais próxima ao realismo socialista, em um

⁴³ Uma das escolas, apenas, não seria construída. O edifício do Quartel tornou-se sede da Polícia Militar do estado. Ver: TOSTES, José Alberto. WEISER, Alice. TAVARES, Ana Paula C. *Arquitetura Moderna no Estado do Amapá*. In: TOSTES, José Alberto (org.) *Planejamento urbano regional no Estado do Amapá*. Macapá: UNIFAP, 2018. p.278

⁴⁴AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*, Zahar. São Paulo. 2014; AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Zahar. São Paulo, 2000.



segundo momento o caráter monumental se voltaria para a representação do desenvolvimento como valor em si⁴⁵. A técnica e o processo produtivo entravam no centro da narrativa. Aqui, é possível notar que mesmo um edifício de organização programática muito simples e de caráter muito pragmático, como é o caso do Quartel do Amapá, teve como objeto de maior cuidado o desenho de sua estrutura: os pilares como elementos que resolvem por si só todo o conjunto. De certa forma, dentro de uma tradição clássica, o ritmo e a austeridade que caracterizam o edifício assumem uma dualidade entre simples e monumental, constituída pela centralidade da técnica. A relação entre arquitetura e desenvolvimento, prática projetual e discurso político tem, aqui, um caso produtivo para reflexão. (Figura 3)

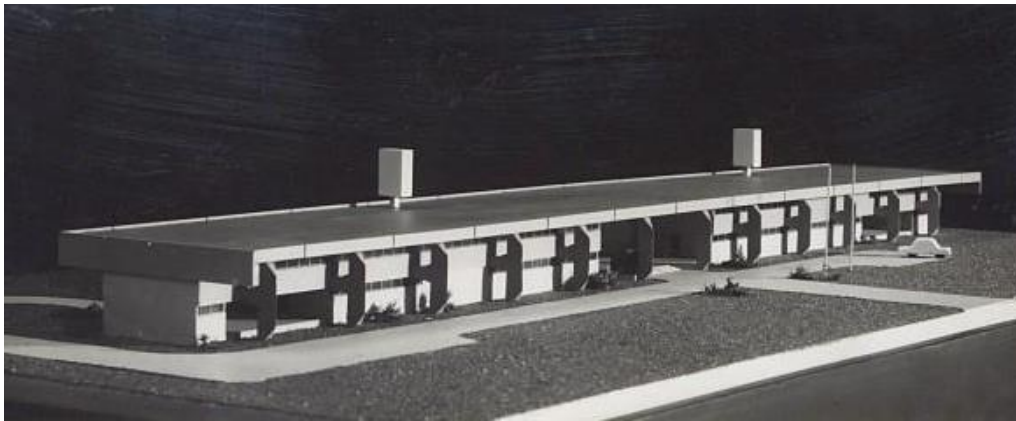


Figura 3: Projeto para o Quartel da Guarda Territorial em Macapá, 1971.
Foto José Moscardi. Fonte: Acervo Vilanova Artigas FAUUSP

Com isto em vista, não é possível tratar dessas obras simbólicas do impasse político vivido durante a ditadura militar pelo campo da arquitetura – sobretudo à esquerda do espectro político – sem considerar a leitura feita já à época por Sérgio Ferro e depois consagrada, de certa forma, como chave explicativa para um processo de diluição da vanguarda arquitetônica. No texto *Arquitetura Nova*, de 1967, Ferro criticava seus colegas que continuaram atuando da mesma forma que antes do golpe de 1964 e apontava que a permanência do mesmo modo de fazer arquitetura – antes aliado às esperanças de transformação política – agora não encontrava ressonância vida social, dada a ruptura brusca do novo regime instaurado. Os arquitetos teriam entrado em uma espécie de cegueira marcada pela didatização forçada dos procedimentos, agora vazios de sentido.⁴⁶ Esta leitura, feita no calor dos acontecimentos da época, parece de fato revelar com precisão o processo em curso. A mesma leitura, no entanto, parece ter produzido uma visão totalizante que ignorou os conflitos em diferentes escalas tanto da circulação de ideias quanto das respostas projetuais a encomendas contraditórias.

Apesar de alguns casos emblemáticos, como as oscilações de Artigas, sua cassação na universidade e sua vasta encomenda durante o regime, a historiografia da arquitetura brasileira pouco se ateu às nuances da relação entre projeto e impasse político durante a

⁴⁵ BUZZAR, Miguel Antonio. *João Batista Vilanova Artigas: elementos para a compreensão de um caminho da arquitetura brasileira*. 1938-1967. Editora Unesp. 2014 ; CONTIER, Felipe de Araujo. Op. Cit.


⁴⁶ Ferro representou dissidências tanto na prática de projeto – focando na divisão social do trabalho e no canteiro de obras – quanto na política, saindo do PCB junto a Marighela e juntando-se à luta armada. Rodrigo Lefèvre estaria junto com Ferro nesses anos tomando o mesmo caminho, mas, curiosamente, no início dos anos 1970 se transformaria em arquiteto assalariado, trabalhando para a Hidroservice, grande empresa de gerenciamento e engenharias, e coordenando grandes obras como o projeto do Hospital das Clínicas.



ditadura civil-militar. Muitos arquitetos com vasta produção durante o período foram objeto de trabalhos muito detidos no retrato da trajetória individual, geralmente sem adentrar nas complexidades e contradições profissionais entre reposicionamento político e ampliação da encomenda neste momento histórico, ou no papel destes em redes de circulação de discursos políticos e – inerente ou paralelamente – de procedimentos de projeto. Ao contrário, o contexto histórico da ditadura civil-militar costuma ser citado para situar o momento de formação, ou de início de carreira, geralmente como referência a um conjunto de características políticas e culturais já pressupostas, amplamente conhecidas ou tidas como saturadas. Parece faltar, assim, a espessura de nuances que certamente permeou a maior parte, se não todas, as trajetórias de arquitetos que atuaram no período e que – com todas as contradições que isso possa representar, considerando inclusive as ideias de diluição e esgotamento – marcou um período de aumento substancial na produção de arquitetura moderna nas cidades brasileiras.

Além do debate suscitado por estes projetos para pensar a relação entre atuação profissional, engajamento e seus impasses políticos, bem como as contradições inerentes à esquerda desenvolvimentista e sua incorporação – para além da repressão – pelo regime, ou da pertinência da preservação da arquitetura moderna nesses casos específicos, somam-se nesses objetos um conjunto de reflexões sobre a memória do terror, assunto que vem ganhando solidez e profundidade com crescente quantidade de pesquisas⁴⁷ e que, atualmente, volta ao centro das disputas discursivas e educacionais devido ao panorama de guerra cultural em curso. O negacionismo cínico e o revisionismo histórico figuram no centro da agenda política atual, buscando não só apagar qualquer espessura de complexidades – conquistadas arduamente pelo trabalho de pesquisa histórica – mas, pior, negando fatos e documentos para construir narrativas triunfalistas e fantasiosas resgatadas diretamente das aspirações autoritárias de 1964.

Referências bibliográficas

- AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Zahar. São Paulo, 2000.
- ADORNO, Theodor. W. **Funcionalismo Hoje**. In. Revista Gávea, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, Vol. 15. Julho de 1997.
- ADORNO, Theodor. **Palestra sobre lírica e sociedade**. In. Notas sobre literatura I. Editora 34. São Paulo.
- ADORNO, Theodor. W. HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Zahar. São Paulo.  Rio de Janeiro: Zahar., 1985.
- ALVES, André A.A. **Arquitetura escolar em São Paulo (1959-1962): o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas**. Tese de Doutorado FAUUSP. São Paulo, 2008.
- ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- AMARAL, Aracy. **Arte para quê?** Nobel. São Paulo, 1984.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Caminhos da arquitetura**. Org. José T. C. Lira, Rosa Artigas. São Paulo: CosacNaify, 2004

⁴⁷ Embora não seja o foco dessa pesquisa, é importante ter em vista também a o aspecto desses edifícios como parte da construção da memória e consciência. São exemplos dessa frente de pesquisa o “Laboratório para Outros Urbanismos”, da FAUUSP, e o Grupo de Pesquisa “Lugares de Memória e Consciência” entre FAUUSP e FFLCH USP.



BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BAXANDALL, Michael. **Padrões de Intenção: a explicação histórica dos quadros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A Esquerda Positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920-1964**. Editora Hucitec. 1997

Brasil Nunca Mais. Arquidiocese de São Paulo, 1985.

BUZZAR, Miguel Antonio. **João Batista Vilanova Artigas: elementos para a compreensão de um caminho da arquitetura brasileira**. 1938-1967. Editora Unesp. 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique P. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)**. Eduff. Niteroi, 2014.

CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil na Guerra-Fria cultural. O pós-guerra em releitura**. Intermeios USP. São Paulo, 2017.

CARONE, Edgar. **O PCB (1964-1982)**. Vol.3. DIFEL. São Paulo, 1982.

CONTIER, Felipe de Araujo. **O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária: projeto e construção da escola de Vilanova Artigas**. São Carlos. 2015.

COHEN, Jean-Louis. **Architecture in Uniform**. CCA: 2011.

CUNHA, Gabriel Rodrigues. **Uma análise da produção de Vilanova Artigas entre os anos de 1967 e 1976**. IAU USP. São Carlos. 2009.

DEDECCA, Paula. **Sociabilidade, crítica e posição. O meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2012.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Space, Knowledge and Power**. Entrevista a Paul Rabinow. Skyline. 1982. In. HAYS, Michael. Org. *Architecture Theory since 1968*. The MIT Press.

GASPARI, Elio. **A ditadura Envergonhada**. Cia das Letras. São Paulo, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura Escancarada**. Cia das Letras. São Paulo, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura Encurralada**. Cia das Letras. São Paulo, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura Derrotada**. Cia das Letras. São Paulo, 2003.

GORELIK, Adrián. **Das vanguardas a Brasília: Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

GUATTARI, Félix. **Espaço e Poder**. Espaço&Debates. n.16. São Paulo 1986.

JUNQUEIRA, Monica Camargo. **Poéticas da razão e construção: conversa de paulista**. Tese de Livre Docência. 2012.

KAMIMURA, Rodrigo. **O problema social da arquitetura e o processo de modernização em São Paulo: diálogos. 1945-1965**. Tese de Doutorado. São Carlos, 2016.

KOURY, Ana Paula. **Arquitetura construtiva: proposições para a produção material da arquitetura contemporânea no Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2005.

LEMOS, Carlos. CORONA, Eduardo. XAVIER, Alberto. **Arquitetura Moderna Paulistana**. Romano Guerra, 2017.

MANTEGA, Guido. **A economia Política Brasileira**. 4 ed., Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1986



MARTINS, Carlos A. F. **Arquitetura e Estado no Brasil: Elementos para uma investigação sobre a Constituição do Discurso Modernista no Brasil.** Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1988

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica.** São Paulo. Vozes, 1987

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** Contexto. São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo. Boitempo, 2013.

PULHEZ, Magaly Marques. **O arranjo gerencial: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo.** Tese de Doutorado. IAUUSP, São Carlos. 2014.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução Brasileira.** Editora Unesp. São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Pedro Henrique C. **A obra do arquiteto Paulo Bastos.** Dissertação de Mestrado. FAUUSP. São Paulo, 2008.

São Paulo, 1975: Crescimento e Pobreza. São Paulo. Loyola, 1975.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: Edusp, 1998

SEGATTO, José Antonio. **Uma breve história do PCB. Coleção “A questão social no Brasil” ; PCB: Vinte anos de política. Documentos. 1958-1979.** n.7 e n.8. Editora Ciências Humanas. 1981. São Paulo.

SILVA, Marcos (org.) **Brasil 1964-1968: A ditadura já era ditadura.** São Paulo. LCTE, 2006.

SINGER, Paul. **A crise do milagre.** Paz e Terra. São Paulo, 1973

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um Soldado.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1965.

TAFURI, Manfredo. **The Sphere and the Labirinth.** The MIT Press. 1992.

TAFURI, Manfredo. **Architecture and Utopia.** The MIT Press. 1976.

TELLES, Sophia da Silva. **Arquitetura Moderna no Brasil: O desenho da superfície.** FFLCH-USP. 1988.

THOMAZ, Dalva Elias. **Um olhar sobre Vilanova Artigas e sua contribuição à arquitetura brasileira.** Tese de Doutorado. FAUUSP. São Paulo. 1997

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o Golpe de 1964.** Coleção Tudo é História. Paz e Terra. Brasiliense. São Paulo, 1985.

TOSTES, José Alberto (org.) **Planejamento urbano regional no Estado do Amapá.** Macapá: UNIFAP, 2018.

WISNIK, Guilherme T. **Formalismo e Tradição.** Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP. 2003. Orientador: Nicolau Sevcenko.

XAVIER, Alberto (org.). **Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

ZEIN, Ruth Verde. **A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973.** Tese de doutorado. Porto Alegre: FAU-UFRGS, 2005.